

Ômicron trava a produção

Variante provoca disparada de casos de afastamento do trabalho em setores como construção, petróleo e bancos

» ISRAEL MEDEIROS
» JOÃO VÍTOR TAVAREZ*
» BERNARDO LIMA*

Diante do avanço da variante ômicron, diversos setores essenciais para a recuperação econômica enfrentam dificuldades para manter as atividades diante de altos índices de afastamentos por causa da contaminação por covid-19 e influenza. A situação atinge desde a construção civil — que representa 7% do Produto Interno Bruto — até agências bancárias, setor de petróleo, bares e restaurantes.

No caso do setor petrolífero, especificamente, há pelo menos 222 casos de covid-19 confirmados por sindicatos regionais que integram a Federação Única dos Petroleiros (FUP). O diretor de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da entidade, Antonio Raimundo Teles, relata que os casos se intensificaram após as festas de fim de ano, e que o número de trabalhadores contaminados pelo coronavírus nas plataformas de petróleo deve ser ainda maior.

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), entre 27 de dezembro e 5 de janeiro, as notificações de contaminação pelo coronavírus nas plataformas dobraram, saltando de sete para 15 nesse período. A média móvel nos últimos 15 dias indicou alta de 3,14 para 6,75 trabalhadores contaminados. A ANP deixou de fornecer os dados em seu site em 10 de janeiro, quando a média móvel já indicava 7,86 casos por dia.

A FUP planeja se reunir com a Petrobras nesta quinta-feira para



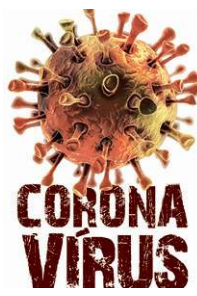
Cerca de 30% das faltas de trabalhadores nos canteiros de obras ocorrem por causa de gripe ou covid, segundo a Cbic

cobrar soluções eficazes para o combate ao coronavírus, como a distribuição de máscaras tipo PFF2 e o desaconselhamento à utilização de máscaras cirúrgicas e de pano, além de um melhor protocolo de testagem.

“É importante considerar que o maior percentual da nossa produção está em estruturas em alto-mar, que é um ambiente de fácil contágio. Então, da forma como está ocorrendo a redução de efetivos, se o Ministério Público do Trabalho não

agir, os casos podem continuar crescendo de forma exponencial e, assim, podemos ter plataformas paralisadas por segurança operacional”, afirmou Teles.

O setor bancário também coleciona casos de afastamento do trabalho por causa de doenças após as festas de fim de ano. Dados preliminares de uma pesquisa feita on-line pelo



Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região mostram que mais de 88% dos bancários entrevistados relataram casos de covid-19 ou gripe nos últimos 30 dias.

“Os dados apontam para um cenário de ampla contaminação nos locais de trabalho, que exige que o respeito aos protocolos seja redobrado, além da abertura de negociação

com os bancos para a adoção de novas medidas de proteção para bancários e clientes”, disse Neiva Ribeiro, secretária-geral do Sindicato. Na última semana, 150 agências foram fechadas nas áreas abrangidas pelo sindicato por conta de infecções por covid-19.

O avanço das viroses também começa a afetar o segmento da construção civil. De acordo com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), cerca de 30% das faltas de trabalhadores nos canteiros são ocasionadas por

casos de covid-19 e gripe. Embora a entidade não mencione o impacto nacional dessas ausências, vai iniciar uma pesquisa para certificar os números e divulgar dados oficiais sobre o tema. “É importante informar, ainda, que não há registro de obras paralisadas por este motivo e não deve haver impacto no cronograma de entregas de obra”, esclareceu a entidade, em nota enviada ao **Correio**.

No setor de bares e restaurantes, um dos mais afetados pela pandemia, há temores de que as ondas de contaminação resultem em medidas restritivas mais fortes, mas Paulo Solmucci, presidente-executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), destaca que os estabelecimentos têm sido eficazes em evitar a contaminação de funcionários e afirma que não há perspectivas de fechamento por causa da variante ômicron.

“Não estamos trabalhando com essa perspectiva de fechamento de bares e restaurantes, descartamos essa possibilidade”, disse Solmucci. Ele reconheceu, no entanto, que o pleito de associações de lojistas de shoppings, que buscam reduzir o horário de funcionamento, “tem mérito”. “Faz sentido, já que eles operam de 10h às 22h. Como estamos sofrendo com a ausência de funcionários, com covid, influenza, há transtornos operacionais”, disse. Solmucci também destacou que a associação está “alinhada” com as medidas de governadores e prefeitos, que estão cancelando carnavais de rua e proibindo grandes eventos.

*Estagiários sob a supervisão de Odail Figueiredo

FUNCIONALISMO

Cresce movimento por reajuste

O governo continua ignorando tentativas de negociação dos servidores que querem reajuste salarial. Com isso, ontem, funcionários dos Três Poderes confirmaram a participação na paralisação marcada para a próxima terça-feira. São pelo menos 19 categorias, e a data já havia sido apontada pelo fórum que representa a elite do funcionalismo público. Uma manifestação acontecerá em frente ao Banco Central, pela manhã e, à tarde, no Ministério da Economia. Os sindicalistas esperam que cerca de mil servidores participem dos atos.

Enquanto isso, servidores em postos de confiança continuam a deixar os cargos em áreas estratégicas. O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Sindifisco) informou ontem que 1.288 cargos já foram entregues

no órgão, em protesto dos auditores contra o governo federal.

Segundo o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, há uma adesão expressiva ao movimento de integrantes de carreiras dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. Além da elite do funcionalismo, também estarão presentes na manifestação da próxima semana servidores representados pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), membros do “carreirão”.

“Estão conosco os analistas de comércio exterior; servidores do Itamaraty; especialistas em políticas públicas e gestão governamental; auditores fiscais e agropecuários; auditores e técnicos da Controladoria-Geral da

União (CGU) e do Tesouro Nacional; oficiais da inteligência; servidores das agências reguladoras; funcionários do Banco Central; servidores da Comissão de Valores Mobiliário (CVM); peritos federais agrários; e servidores da Superintendência de Seguros Privados (Susep)”, listou Marques.

Pauta principal

A principal reivindicação dos servidores é a correção salarial. “Uma reposição linear que consiga, pelo menos, cobrir parte do que nós já perdemos com a inflação. Desde a reposição que atingiu a maior parte dos servidores, em 2017, até aqui, nós já perdemos 27% do poder aquisitivo dos salários. Não estamos falando de aumento real, mas de reposição

das perdas inflacionárias. Isso é o que estamos cobrando do governo”, disse o presidente do Fonacate.

Marques explicou que, depois da paralisação do próximo dia 18, as categorias terão uma sinalização para novos atos na semana subsequente, nos dias 25 e 26. “Ainda não está decidido se os novos atos serão presenciais ou virtuais. Na primeira semana de fevereiro, vamos discutir com o conjunto do funcionalismo uma possível greve geral na segunda quinzena do mês, caso o governo continue ignorando as tentativas de contato dos servidores, o que pode paralisar serviços essenciais da máquina pública. Por enquanto, esse é o calendário das mobilizações do serviço público federal”, afirmou. (Israel Medeiros e Fernanda Strickland)



Rudinei Marques: falta de resposta pode provocar greve geral

ENERGIA

TCU critica governo por má gestão da crise hídrica

» LUANA PATRIOLINO

Um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou uma série de falhas do governo federal na condução da crise hídrica no país, o que, consequentemente, aumentou os valores das contas de luz da população. No ano passado, o Brasil enfrentou o pior período seco em mais de 90 anos e viveu ameaçado pelo risco de racionamento de energia elétrica.

A análise do TCU consta de relatório técnico enviado aos órgãos do setor elétrico, com uma série de determinações para o Ministério de Minas e Energia (MME). Segundo o documento, houve falhas no planejamento das ações que tiveram foco em ampliar a oferta de energia.

As medidas incluíram o uso de termelétricas, até mesmo as mais caras e sem contrato de fornecimento, além da importação de energia da Argentina e do Uruguai. Também foi realizado um leilão emergencial para contratação de usinas para operar de

2022 a 2025, que custou R\$ 39 bilhões aos consumidores.

Segundo os técnicos do tribunal de contas, a maioria das ações do ano passado “teve foco no aumento da oferta de energia, sem estudos ou análises detalhadas de impacto que corroborassem essa escolha, negligenciando ações do lado da demanda, havendo pouco incentivo para o deslocamento ou redução do consumo”.

No auge da crise hídrica, o governo se concentrou em ampliar a capacidade de geração de energia no país, especialmente por meio de usinas termelétricas. Praticamente todas as usinas a gás natural, óleo diesel, carvão e biomassa do país foram acionadas, o que gerou aumento de custos, mas garantiu o fornecimento de eletricidade.

Custos

Para cobrir os custos dessas medidas, o governo criou a bandeira tarifária de Escassez Hídrica. Em vigor até abril, a ação

Gustavo Moreno/CB/D.A Press



Segundo o tribunal, falhas encareceram as contas de luz

representa um custo extra de R\$ 14,20 a cada 100 quilowatts-hora consumidos.

Parte desses valores seriam transferidos para as contas de luz neste ano, mas o governo editou uma medida provisória que permite um empréstimo às distribuidoras, com os custos

embutidos nas tarifas de energia por um prazo mais longo.

Em agosto, o Ministério de Minas e Energia também anunciou um programa para incentivar a redução do consumo por clientes residenciais. Para a indústria e grandes consumidores, foi oferecido um programa que

incentivou o “deslocamento” dos horários de pico para horários de menor consumo.

Na avaliação do economista César Berço, sócio diretor da Open Invest, faltou planejamento por parte do governo. “No tocante do horário verão, por exemplo, poderia ser adotado, mas não foi. Possibilitaria um equilíbrio no consumo de energia e maior disponibilidade por parte das hidrelétricas também. Além disso, faltou um trabalho de integração e planejamento”, afirmou.

O prejuízo dessa conta deve ficar para a população. “Para a economia é ruim, porque gera mais inflação e acaba impactando os preços, e quem sofre é o consumidor, duplamente: tanto pela inflação, quanto pelo preço da energia cara”, concluiu Berço.

Procurado pelo **Correio**, o Ministério de Minas e Energia (MME) disse que está analisando o relatório e “interagindo com o Tribunal de Contas da União para esclarecer todas as questões apontadas”.



A maioria das ações do ano passado teve foco no aumento da oferta de energia, sem estudos ou análises detalhadas de impacto que corroborassem essa escolha, negligenciando ações do lado da demanda, havendo pouco incentivo para o deslocamento ou redução do consumo”.

Trecho de relatório do TCU